

O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TURISMO NO BRASIL: ORIGENS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Cecília Ulisses Frade dos Reis¹
Universidade Federal de Ouro Preto
ceci_frade@hotmail.com

Leandro Benediti Brusadin²
Universidade Federal de Ouro Preto
leandro@turismo.ufop.br

RESUMEN

En este artículo se analiza el desarrollo de la educación superior en Brasil, con especial atención se centra en la inclusión de la Licenciatura en Turismo. Se tiene la intención de comparar el inicio de estos cursos en Brasil con el resto del mundo, hablando de los orígenes y las transformaciones de la educación universitaria en Turismo y sus desafíos, mientras que la plataforma de formación académica brasileña. La metodología consiste en la investigación bibliográfica. Este trabajo tiene su importancia debido a la comprensión de los cursos educativos oferta turística del Norte en relación con la mejora de la enseñanza y por lo tanto el capital intelectual de los estudiantes, haciéndolos más capaces de operar en el desarrollo del turismo como un fenómeno social, económico y cultural.

Palabras clave: Turismo, educación superior, desarrollo, desafíos.

ABSTRACT

This article discusses the development of Superior Education in Brazil, with focus on the inclusion of the Bachelor in Tourism. It's intended to compare the beginning of this course in Brazil with ones in all over the world, discussing the origins and transformations of Higher Education in Tourism and its challenges while Brazilian academic training platform. The methodology used is based on bibliographic research. This work is relevant because understanding the educational face of Tourism courses can point directions in order to improve courses and consequently intellectual capital of its students, which makes them more able to act in the development of tourism as a social, economic and cultural phenomenon.

Key words: Tourism, Superior Education, development, challenges.

¹ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e bolsista do Programa de Iniciação à Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

² Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi-Morumbi (UAM) e Graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica (Puc-Campinas).

INTRODUÇÃO

O Brasil tem vivido fases de transformação tanto das práticas de gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) quanto do número de estudantes matriculados em cursos de graduação. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP)³, o Brasil conta atualmente com mais de 6,5 milhões de estudantes de nível superior, dos quais 27.225 estão matriculados no curso de Turismo. Nesse caso específico, verificou-se, após os anos de 1990, a abertura de novos cursos no ensino superior privado os quais passariam por uma crise anos depois devido à concorrência estabelecida entre tais instituições e também quanto à dificuldade de qualidade de ensino na área. Já, após os anos 2000, houve a abertura de diversos cursos de Turismo em universidades públicas brasileiras as quais sedimentariam a profissão do Bacharel em Turismo no cenário acadêmico, sendo este mesmo, antes instável no ramo privado da educação considerando as dificuldades de demanda de ingressantes.

O que se pretende nesse trabalho é tratar do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, abrangendo de forma mais detalhada o contexto de inserção dos cursos de bacharelado em Turismo. Tem-se o objetivo de comparar o surgimento desses cursos no Brasil com os mesmos no mundo, discutindo as origens e as transformações do ensino universitário em Turismo e seus desafios enquanto plataforma de formação acadêmica brasileira.

A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e documental que compreende o levantamento de referências e publicações acadêmicas nas áreas de educação e turismo. Justifica-se tal estudo devido à incipiência de pesquisas na área de educação no Turismo no Brasil. Afirma-se a relevância desse trabalho por acreditarmos que a compreensão educacional dos cursos de Turismo pode nortear melhorias em tais cursos e, conseqüentemente, a aptidão dos seus estudantes em articular o ensino, na pesquisa e extensão do turismo enquanto fenômeno social, econômico e cultural. Entende-se que somente por meio do estudo das premissas educacionais no campo do Turismo pode-se atingir o desenvolvimento que esse ramo de atividade pode fornecer às sociedade brasileira e mundial.

1. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DO SURGIMENTO NA FORMA DE ESCOLAS ISOLADAS ATÉ A REFORMA DE 1968

O atual modelo educacional brasileiro divide-se em dois níveis: superior e básico. O primeiro é facultativo, já o segundo é compulsório, generalista, e dividido em infantil, fundamental e médio. O ensino médio pode iniciar a educação técnica, que tem enfoque operacional (MEDAGLIA, 2012), enquanto a educação superior tem mais profundidade, relacionada à ideia de diálogo crítico, auto-reflexão (LEAL, 2010).

³ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

De acordo com Barreto, Tamanini e Silva (2004), a educação e a cultura não foram prioridade do Império, tendo em vista que a Coroa Portuguesa usava disso para manutenção do seu domínio no Brasil. A leitura era hábito somente entre membros do clero e mesmo a imprensa, descoberta por Gutenberg em 1445, apenas em 1808 foi introduzida no Brasil. A educação superior no Brasil ocorreu tardiamente – apenas com a fuga da corte portuguesa para a colônia em 1808 é que são criadas as primeiras escolas superiores. Em países de colonização espanhola, por outro lado, já era possível encontrar universidades, como no México, desde 1553. Tem-se em vista que a educação no Brasil, aos moldes da coroa portuguesa, teve um caráter mais civilizador do que analítico-educativo, pois serviria apenas para “domesticar” os brasileiros para conveniência dos interesses do Império.

O ensino superior no Brasil surge de forma isolada e com caráter profissionalizante, através da Escola de Cirurgia e Anatomia de Salvador, a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro e a Academia da Marinha, também no Rio de Janeiro. Havia apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no país até o final do século XIX, com cerca de 10.000 estudantes (MARTINS, 2002).

Logo foram criados estabelecimentos de ensino superior pela iniciativa privada, já que um grupo médio da população – comerciantes e servidores públicos – via na escola um meio de seus filhos terem acesso às profissões liberais. De acordo com Barreto, Tamanini e Silva (2004) o que interessava a esse grupo, somado à elite, eram as escolas profissionalizantes e as universidades, não a educação popular. Assim, as escolas isoladas passam de 24 a 133, das quais 86 foram criadas na década de 1920

A primeira universidade do Brasil foi criada em 1920. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), segundo Fávero (2006), resultou da justaposição de três escolas tradicionais, as quais não tinham integração entre si e conservaram suas características. Apesar disso, o autor defende que a instituição da URJ reavivou o debate em torno do problema universitário do país. A discussão sobre a criação de universidades passa a não se restringir a questões estritamente políticas, mas à concepção de universidade e suas funções na sociedade.

A década de 1930 é caracterizada pela centralização política, fruto do governo Vargas. Também nessa década é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual implementou reformas de ensino – médio, superior e comercial, com o objetivo de alinhar o ensino à modernização do país, através da ênfase à qualificação profissional (MARTINS, 2002).

Também nos países tido como mais desenvolvidos, a ciência e a tecnologia têm sido usadas para o crescimento indústria, porém, com os benefícios de novas técnicas alcançando a sociedade de maneira mais ampla. Já no Brasil, segundo Buarque (1991) apud Barreto, Tamanini e Silva (2004, p. 19): “o social foi submetido ao econômico” além de que descobertas tecnológicas não são pautadas compativelmente com os grandes problemas sociais do país.

Apesar da tendência à centralização desse período, houve iniciativas contrastantes, tais como a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

Nesse ponto, há que se destacar a influência francesa na formação de universidades comprometidas com o pensamento humanista, como foi o caso da Universidade de São Paulo

(USP), que foi desmantelada durante a ditadura, condenando seus principais intelectuais ao exílio. Pode-se discutir que, por trás do discurso populista de propiciar uma universidade menos teórica e mais atuante, estava o projeto de acabar com uma ideologia contrária ao capitalismo dependente, que haveria de se consolidar com a ditadura militar, e de difundir a ideia de um “novo Brasil” adequado ao sistema (BARRETO, TAMANINI, SILVA, 2004, p. 19).

No período compreendido entre 1945 à 1968 vigora a discussão sobre a reforma de todo o ensino, principalmente o universitário. O movimento estudantil e de jovens professores defende o ensino público, o modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e a eliminação do setor privado por absorção pública. O objetivo era a extinção da cátedra e a instituição da organização departamental vinculada a decisões democráticas (MARTINS, 2006).

Através da Lei nº. 5.540 de 28.11.1968, a estrutura organizacional da universidade com base em departamentos é finalmente estabelecida. Além disso, apesar do clima de deterioração de direitos civis (a ditadura militar estava instalada desde 1964). A reforma de 1968 se inspirou em muitas ideias do movimento estudantil de décadas anteriores e assim, criou institutos básicos, organizou o currículo em ciclos básico e profissionalizante, alterou o exame vestibular, tornou as decisões mais democráticas, institucionalizou a pesquisa e centralizou decisões em órgãos federais.

A partir do século XIX, a obtenção do diploma de bacharel passa a representar distinção social e caminho para ascensão social, de modo que o ingresso na universidade torna-se meio de desmobilização política, já que os jovens deixam de pensar em reformas amplas, que visassem à inclusão social de todos, para, através do diploma, obterem um meio de atingir benefícios socioeconômicos. Com o avanço do século XX, ingressar na universidade passa a ser um modo ilusório de ascensão à classe dominante, pois isso representa para as classes médias e baixas uma minimização do conflito proveniente da falta de igualdade social.

As universidades públicas têm maior nível de exigência para ingresso e horários difíceis de compatibilizar com o trabalho, suas vagas são conseqüentemente ocupadas em maior número por membros de classes mais altas, que além de não precisarem conciliar estudo com trabalho, cursaram os ensinamentos fundamental e médio em escolas de qualidade (geralmente privadas). Enquanto isso, as universidades privadas têm menor nível de exigência no ingresso e durante os cursos, além de horários noturnos, o que dá às classes menos favorecidas a ilusão de ascensão social através de um diploma que ainda é alcançado por reduzida parcela da população mas que, mesmo assim, muitas vezes, não lhes garante colocação profissional condizente justamente por não estar acompanhado do conhecimento necessário (BARRETO; TAMANINI e SILVA, 2004).

Tendo se estabelecido um panorama geral do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, torna-se importante verificar como tal pressuposto se vincula aos cursos de Turismo propriamente dito, tanto no cenário mundial como brasileiro.

2. AS ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR EM TURISMO NOS CENÁRIOS MUNDIAL E BRASILEIRO

Entender e compreender as origens do ensino superior em Turismo nos parece ser ponto essencial para entrelaçar aos desafios que cercam essa área de estudo tanto no Brasil como no Mundo. A prerrogativa educacional é o ponto de partida para atuação profissional.

O modelo atual de universidade surge no século XIX, seguindo os princípios da Universidade de Berlim (1810), dentre os quais a pesquisa livre por parte de estudantes e professores, a introdução de seminários, laboratórios científicos e estudos monográficos. Desse modo, a universidade moderna está caracterizada pela pesquisa, discussão e produção de conhecimento (BARRETO; TAMANINI e SILVA, 2004).

O estudo do Turismo em nível superior surge no mundo antes da criação do próprio curso, como extensão de outros cursos – tais como hotelaria – ou como disciplinas decursos como Geografia e Administração. A Universidade de Michigan (EUA) foi a primeira a oferecer graduação em Turismo, em 1969. Na Inglaterra, embora a pós-graduação em Turismo tenha surgido na década de 1970, a graduação é criada apenas na década seguinte. Na Espanha, a primeira *Escuela Oficial de Turismo* iniciou suas atividades em 1963. Na China, cursos de Hospitalidade tiveram início em 1978, e de Turismo em 1979 (LEAL, 2010).

O aumento de cursos acadêmicos de Hospitalidade e de Turismo não se desenvolveu à mesma velocidade nos países europeus, de modo que a diversidade cultural do país fez com que diferentes cursos implementassem uma variedade de programas com relação à duração, currículo e organização administrativa (FORMICA, 1996). É também nesse período que surgem os cursos de Turismo no Brasil.

Contextualizando a criação das graduações em Turismo no Brasil, os primeiros cursos surgem na década de 1970, época em que a universidade ainda sentia o clima da revolução cultural de 1968 e, no plano nacional, havia a conjuntura política de ditadura militar, voltada para a economia de mercado e com ideologia desenvolvimentista (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004). De acordo com essas autoras, o momento também estava marcado pelo humanismo francês, segundo o qual a universidade não pode mais estar a serviço da elite, e ao mesmo tempo, pelo pragmatismo estadunidense, com a tendência de transmitir um caráter profissionalizante aos cursos.

O período de que se trata era caracterizado por demanda de vagas em cursos superiores, estimulando indiretamente o surgimento de universidades particulares; a “descoberta” do turismo como “indústria” promissora e a necessidade de mão-de-obra qualificada para o setor, a criação da Embratur em 1967 e a ditadura militar, que veria com bons olhos cursos que promovessem o avanço tecnológico e esperança no sucesso do modelo econômico, em detrimento de cursos que promovessem a crítica e mudança social.

Segundo Silveira, Medaglia e Gândara (2011), a expansão dos cursos de Turismo no Brasil acompanha a tendência de vários outros, como Administração, Comércio Exterior e Direito, que por aludirem um baixo investimento necessário para abertura, foram alvo de

interesse de Instituições de Ensino Superior privadas que buscavam se expandir, através da descoberta do ensino superior como bom negócio, aproveitando a demanda crescente por ensino superior que havia no Brasil a partir da década de 1960.

De acordo com Sogayar e Rejowsky(2011), fator que constituiu impulso à abertura dos cursos de Turismo foi o discurso do ócio e do tempo livre, através da mídia e o posicionamento do lazer como prioridade de atuação do Serviço Social de Comércio (SESC).

O primeiro curso de Turismo em nível superior no país tem início em 1971 na Faculdade Morumbi (hoje, Universidade Anhembi Morumbi), em São Paulo. O segundo foi criado pela Universidade de São Paulo (USP) em 1973 (SOGAYAR e REJOWSKI, 2011). O curso de Turismo na Faculdade Morumbi, segundo Hallal, Muller, Garcia, Ramos (2010) apud Rodrigues (2005), surgiu ao acaso. Gabriel Rodrigues era arquiteto do DOP (Departamento de Obras Públicas de São Paulo) e pretendia criar um curso preparatório para os funcionários desse mesmo departamento ingressarem em cursos superiores, além de cursos técnicos e posteriormente um faculdade de Arquitetura. Porém, ao conversar sobre isso com uma Irmã do colégio onde as filhas estudavam, ela sugere que ele crie uma escola com curso técnico de Turismo. Gabriel analisa o mercado, percebe que há demanda para tal, mas que a maioria dos interessados já havia concluído o segundo grau. Assim, decide pela criação do curso superior de Turismo. Domingo Hernández Peña, um espanhol que era um profissional de grande empenho, porém que não tinha curso superior, é chamado para coordenar o curso. Com base num levantamento dos modelos europeus, ele cria um currículo adaptado à realidade brasileira e assim implementa-se o primeiro curso de Turismo do Brasil.

Sobre o curso de Turismo da Universidade de São Paulo (USP), Pequeno (2012) apud Celeste Filho (2002) afirma que foi criado a partir de influências externas à universidade, sem uma pesquisa profunda, pautada pelo interesse de poucas pessoas que detinham o poder para essa criação e influenciado pela reforma universitária e o caráter de profissionalização que o país vivia na época.

Os cursos de Turismo da Faculdade Morumbi e da USP foram norteadores dos que viriam a surgir. O da primeira priorizava uma formação profissional voltada para o mercado e seu modelo foi seguido, principalmente, por faculdades isoladas privadas. O da segunda pretendia a formação acadêmica com maior fundamentação nas ciências humanas e sociais e seu modelo foi seguido por universidades públicas e privadas confessionais (religiosas). Porém, ambos os cursos almejavam a integração de conhecimentos multidisciplinares por meio do planejamento turístico (SOGAYAR e REJOWSKI, 2011).

Se até a década de 1990 a oferta de cursos de Turismo era discreta, a partir daí os cursos crescem de modo exponencial. Segundo Pequeno (2012) a universidade passa a ser ela mesma um objeto de concorrência, através do abandono de preceitos humanistas, culturais e epistemológicos para suprir demandas do mercado de trabalho – demandas deduzidas pelos gestores universitários.

Silveira, Medaglia e Gandara (2012) apud Matias (2005) recorrem à pesquisa realizada por Trigo e Rejowski, segundo a qual existiam 28 cursos de Turismo e/ou Hotelaria no país

entre as décadas de 1970 e 1980. Já no ano de 2000 totalizavam-se 209 cursos e em 2008 esse número aumenta para 501. A partir de 2008 há uma redução na oferta de cursos de Turismo, o que já era previsto por estudiosos da área. Esse fato pode decorrer tanto do fim do modismo, quanto pelas dificuldades do mercado em absorver toda essa mão-de-obra.

Desse modo, os cursos que permaneceram abertos estão hoje mais consolidados com relação à abertura de turmas tanto no ramo privado quanto do ramo público da educação superior no Brasil. O que nos incute, nesse momento, é considerar como tal educação é realizada em vista da qualidade desse ensino superior para atender ao mercado de trabalho e para o seu próprio por em causa: o ensino, a pesquisa e a extensão universitário no campo do Turismo.

3. OS DESAFIOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO EM TURISMO

A discussão da educação em Turismo no Brasil, muitas vezes, é sucumbida pela luta pela regulamentação da profissão que a classe tenta conseguir nos órgãos regimentais há muitos anos. Independente da pauta importante com relação à regulamentação da profissão Turismólogo, entende-se que a conquista por uma educação superior em Turismo condizente com diretrizes pedagógicas sólidas precede a própria regulamentação, haja vista que muitas das regulamentações no cenário brasileiro vieram para atenuar os problemas da qualidade da formação profissional.

Barreto, Tamanini e Silva (2004) defendem que não há problema no fato da universidade qualificar e capacitar profissionalmente, desde que essa capacitação não seja apenas operacional. Deve haver, em conjunto, embasamento teórico e práticas mais complexas que as aprendidas em outros níveis de ensino, além de pesquisas constantes para modificar os programas de acordo com as mudanças sociais.

Ainda conforme as autoras, o modelo de universidade ideal está enfrentando várias crises, entre elas a crise da hegemonia, devido à qual se busca hoje a superação da dualidade humanista “desinteressada” e tecnicista profissionalizante.

No Brasil, na área de turismo, essa crise de hegemonia está evidenciada, por um lado, pelas dificuldades de implantar cursos de nível superior que levem em consideração as premissas do papel político construtivo do ensino universitário, ou seja, a produção de novos saberes e com isso a formulação de postulados epistemológicos necessários para essa área de conhecimento em construção. Por outro lado, em razão da desconsideração desses aspectos conceituais e políticos, o que se observa é uma crescente perda de credibilidade dos diplomas universitários para obtenção de empregos na área. Soma-se a isso a crescente oferta de cursos organizados pelo próprio empresariado. (...) Tais questões também estão no bojo das problemáticas da educação superior no Brasil hoje. As reformas realizadas porém inconclusivas e a Lei de Diretrizes e Bases não foram capazes de criar regulamentações e definições sobre a abertura indiscriminada de alguns cursos superiores e em especial sobre o papel das instituições de

ensino superior privadas neste país (BARRETO, TAMANINI, SILVA, 2004, pp. 65 – 66).

Outra questão problemática vivenciada pelos cursos de Turismo é que os cursos de nível superior têm priorizado, em sua maioria, planos pedagógicos tecnológicos, o que leva a uma dificuldade de constituir o processo educacional voltado à concepção humanista da educação. De acordo com Barreto, Tamanini e Silva (2004) a maior parte dos alunos desenvolve capacidade de crítica e discussão apenas com base no senso comum, sem jamais se apropriar da teoria existente. A crítica ao método diretivista, à pedagogia da memorização e a todas as formas tradicionais de ensino levou a um vazio conceitual.

A educação superior em Turismo precisa discutir a atividade turística de forma crítica e projetada para o futuro, para que os turismólogos possam contribuir com melhorias no desenvolvimento do turismo. Os educadores da área devem instigar a reflexão. O ensino não deve ser restrito ao ensino de habilidades e desenvolvimento de competências, é necessário ser assumida uma concepção mais complexa do mundo do turismo (PEQUENO, 2012).

Esse é o sentido que a educação superior em Turismo deve assumir. A principal função da universidade deve ser propiciar ao aluno a intelectualidade devida para intervir no fenômeno do turismo de maneira crítica e responsável e a capacidade de aprender com facilidade a prática necessária uma vez que tenha acesso ao mercado de trabalho. O turismólogo deve assumir o seu capital intelectual para atuar em um mercado competitivo com outras categorias profissionais que tem em sua plataforma educacional, bases mais sólidas, tais como, a Administração, a Geografia, a História e outras mais que se relacionam com o exercício acadêmico e profissional do bacharel em Turismo.

O fato de o Turismo ser uma área de estudo recente e a conseqüente falta de consolidação do corpo teórico constitui um desafio para a educação superior em Turismo. O mesmo se relaciona ao perigo da multidisciplinaridade, devido à possibilidade de outras disciplinas mais consolidadas se apoderarem do estudo do turismo, enfraquecendo seu próprio corpo de conhecimento, que está em construção (SOGAYAR e REJOWSKI, 2011).

Os desafios não são estritamente teóricos, dado que o próprio desenvolvimento da atividade turística exige que se repense novas abordagens de análise e ensino. Como exemplo, Sogayar e Rejowski (2011, p. 288) citam “a possível decadência e em contraste a customização do turismo de massa”.

Há também a questão do paradoxo entre a formação do turismólogo voltada para o mercado ou ao caráter humanista. Sem que o currículo assuma cunho estritamente mercadológico, o ideal é que ele, além de permitir a inserção do diplomado no mercado de trabalho, prepare-o para a “pensar o mercado” (DENCKER, 2004).

A função da academia é preparar profissionais não apenas para o mercado, mas para a sociedade em geral, o que, num país com problemas sociais como o Brasil, deve acompanhar conceitos de ética, educação integral e cidadania. O desafio é formar indivíduos preparados para contribuir com o desenvolvimento saudável da sociedade em que vivem (TRIGO, 2002).

O campo do Turismo certamente tem maneiras concretas para contribuir com o desenvolvimento saudável da sociedade, dentre as quais podemos citar o turismo de base comunitária e a capacidade de, através do turismo, ser trabalhada a relação de pertencimento do indivíduo com relação ao seu local de residência, ao patrimônio e às unidades de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição da educação superior no Brasil se deu tardiamente, com caráter elitista e com vistas estritamente profissionalizantes, conforme interesses da Coroa Portuguesa e das classes financeiramente privilegiadas. Até o início do século XX, o ensino se dava estritamente em escolas isoladas, demonstrando como são recentes as universidades brasileiras.

O Brasil tem vivido um processo de expansão da educação superior, através do aumento de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas, da expansão de vagas e criação de novos cursos. Programas como PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Universitário) têm facilitado o ingresso de estudantes de baixa renda em faculdades e universidades privadas, aumentando o número de brasileiros matriculados na educação superior. Ainda assim, é pequena a parcela que compõe esse grupo, o que contribui para a manutenção do status que o ingresso na educação de nível superior agrega.

Porém, há que se observar que muitas das IES ainda carecem do debate da qualidade que se supõe que um curso de graduação deve ter. Mesmo com a expansão das universidades públicas, as quais recebem grande investimento e costumam ser referência no que se refere a qualidade de ensino no Brasil (mesmo porque, agregam ensino, pesquisa e extensão) pode ser questionada, uma vez que nem sempre essas universidades possuem infraestrutura física e corpo docente e técnicos administrativos suficientes para atender essa nova demanda.

Percebe-se que a trajetória dos cursos de Turismo é recente e apresenta desafios que envolvem o seu desenvolvimento enquanto campo de estudo e a própria dinâmica do turismo enquanto fenômeno social, econômico, cultural e ambiental. A necessidade de se conciliar formação humanista com os anseios do mercado é um desafio dos pensadores do Turismo que deve ser vista com atenção, uma vez que os profissionais precisam ingressar no mercado de trabalho, estando aptos a atuar nesse com uma postura ética e responsável, contribuindo assim com a construção de uma sociedade mais justa.

Assim, em conformidade com os autores estudados, acredita-se que o curso superior de Turismo deve ir além de atender aos anseios do mercado, permitindo a formação de valores que permitam ao graduado pensar criticamente a sociedade. O mesmo só poderá ser alcançado quando se assumir uma postura com maior tendência ao humanismo, sem desconsiderar as abordagens operacionais, sendo ambas necessárias ao entendimento holístico desse campo.

Por fim, salienta-se que a pesquisa da educação em Turismo no Brasil é incipiente e que os cursos de graduação e pós-graduação da área devem estar mais atentos à sua própria análise, ou seja, estudar a si mesmo para compreender mutuamente as necessidades do outro, no caso, a dinâmica da atividade turística na sociedade. Ambos se entrelaçam para o desenvolvimento acadêmico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete; SILVA, Maria Ivonete Peixer da Silva. *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Manetti. *Planejamento Turístico: propostas inovadoras De Ensino*. VI Congresso Mercocidades, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www2.anhembri.br/publique/media/merco>>. Acesso em 10 fev. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, n. 28, p. 17-36, Curitiba, 2006.

FORMICA, S. European hospitality and tourism education: differences with the American model and future trends. *International Journal of Hospitality Management*, 15(4), 317-323, 1996.

HALLAL, Dalila Rosa; MULLER, Dalila; GARCIA, Tania Elisa Morales e RAMOS, Maria da Graça Gomes. *O contexto de criação dos cursos de bacharelado em Turismo no Brasil*. X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur. Mar del Plata, dezembro de 2010.

LEAL, Rodrigues Sérgio. Qualidade da educação superior em Turismo: a voz dos estudantes. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade Caxias do Sul, julho de 2010.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3)* 2002.

MOMM, Christiane Fabíola. *O conhecimento científico em Turismo no Brasil: cursos de pós-graduação (Stricto Sensu) – períodos de 2000 a 2006*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, maio de 2009.

PEQUENO, Edilene Adelino. *Ensino superior em Turismo: uma análise da relação dos cursos acadêmicos de Turismo da cidade do Natal-RN e o mercado de trabalho na percepção dos egressos dos anos de 2009 e 2010*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana e GÂNDARA, José Emanuel Gonçalves. Quatro décadas de ensino superior de Turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Revista Turismo*. 2011. Disponível em: <www.univali.br/revistaturismo/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. *Ensino superior em Turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão*. *Revista Turismo*. 2011. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo. Acesso em: 12/02/2014

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. A importância dos cursos de turismo. *BrasilTuris Jornal*, edição da 2ª quinzena de setembro de 2002, p. 20 e 21. Disponível em: <<http://www.tudosobreturismo.blogspot.com/>>. Acesso em 15 fev. 2014.